



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 168 - Julho 2011

NOSSA OPINIÃO

- [Por uma verdadeira proteção dos manguezais](#)

DIA INTERNACIONAL DOS MANGUEZAIS

- [Comemorando o “Dia Internacional dos Manguezais”](#)
- [Mangues seqüestrados pelo mercado de carbono](#)
- [Destruição de manguezais provocada pelo petróleo no Delta do Níger](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [Índia: liberdade depois de um século de luta](#)
- [Rede de mulheres comprometida com uma verdadeira Economia Verde](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Brasil: Mato Grosso do Sul - a nova fronteira do eucalipto](#)
- [Árvores transgênicas: a corrida das empresas](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- [Fique de olho! Não permita que as plantações de árvores sejam chamadas de florestas](#)

NOSSA OPINIÃO

- Por uma verdadeira proteção dos manguezais

Os manguezais no mundo todo sofrem de um processo de destruição muito grande, muitas vezes por causa da ação de empresas criadoras de camarão, mas também por outras atividades predatórias como a exploração de petróleo.

No mundo inteiro, comunidades e organizações lutam para conter essa destruição. Uma mostra disso é a campanha chamada “Manguezais SÍM, empresas criadoras de camarão NÃO!”, que está sendo promovida pela Rede Manguezal (Red Manglar) contra a ação destrutiva das empresas que praticam a carcinicultura e que se instalam em regiões de manguezais em muitos países tropicais para abastecer mercados de consumo nos países industrializados.

É necessário também recuperar e reflorestar manguezais destruídos. Essa recuperação é de suma importância para a sobrevivência dos manguezais e o cumprimento de suas funções ecológicas fundamentais, além da sobrevivência de milhares de comunidades que vivem desse ecossistema particular e rico.

No entanto, observamos diferentes abordagens. Neste boletim, podemos ler a forma mercantil pela qual o grupo transnacional francês Danone está promovendo a suposta restauração de manguezais, interessado nos créditos de carbono que pretende comprar através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, alegando que manguezais têm uma capacidade enorme de armazenar carbono. Com isso, alegam que contribuem para combater a crise climática e beneficiam as comunidades. Porém, a transnacional esconde o fato de que, com os créditos de carbono comprados, ela poderá continuar poluindo e emitindo carbono. E ainda contra um custo relativamente baixo, uma vez que a suposta 'abundância' de carbono nos manguezais garantiria um preço relativamente baixo dos créditos de carbono gerados.

Outra abordagem aponta para um caminho não-mercantil, sendo um processo de recuperação efetivamente controlado e realizado pelas comunidades que sempre viveram e conviveram com os manguezais, sem necessidade de destruí-los. Em vez de empresas e consultores que se concentram nos cálculos de carbono, esse processo necessita de apoiadores e pesquisadores comprometidos com essas comunidades para dialogar e contribuir com elas na formulação e implementação de diferentes formas de recuperação, dependendo de cada situação e região.

Essa forma estaria mais próxima da interpretação de 'economia verde' desejada pela Rede de Mulheres do Sul da Ásia (SWAN) que afirmam neste boletim que na raiz da economia verde está a ideia de 'Dividir nossos recursos naturais com equidade e usá-los de forma sustentável para a sobrevivência e necessidades básicas'.

Nesse sentido, garantir a sobrevivência dos manguezais no mundo significa mudar radicalmente o atual modelo de produção e consumo dominante e desigual, a começar por uma redução drástica na exploração de recursos naturais e combustíveis fósseis e, no caso específico dos manguezais, banindo a produção industrial de camarão.

Essa seria uma contribuição extraordinária e fundamental para a sobrevivência futura dos manguezais no mundo e das comunidades que dependem deles.

[início](#)

DIA INTERNACIONAL DOS MANGUEZAIS

- Comemorando o “Dia Internacional dos Manguezais”

Os manguezais são ecossistemas únicos que abrigam uma biodiversidade incrível: aves migratórias, criaturas marinhas e répteis além das espécies de flora a eles associadas. Funcionam como um sistema natural de tratamento de água; como

locais de desova de peixes providenciam muitos recursos para as comunidades locais que dependem deles direta ou indiretamente para manter seus meios de vida. Manguezais intocados formam um amortecedor natural contra enchentes, tormentas ou outros desastres naturais tais como tsunamis e furacões que protegem o litoral da erosão.

A despeito de todas essas valiosas funções, os manguezais estão ameaçados por diversas atividades industriais que incluem a expansão e o desenvolvimento da indústria da aquicultura, principalmente da criação industrial de camarão.

Desde 2004, a organização latino-americana Redmanglar Internacional (uma rede que reúne comunidades, ONGs, cientistas e ativistas que trabalham na defesa dos manguezais) comemora cada dia 26 de julho o "Dia Internacional dos Manguezais" como um apelo global para a ação contra as contínuas perdas de manguezais e, subseqüentemente, a desestabilização das comunidades locais que deles dependem. O lema deste ano, intitulado "*Mangues SIM, Carcinicultura NÃO*" salienta o papel da criação industrial do camarão na degradação e a destruição dos manguezais.

Outra ameaça para os manguezais são as tentativas atuais de certificar a criação de camarão, uma atividade intrinsecamente destruidora que não pode ser certificada. Várias ONGs que trabalham com as comunidades locais nos países produtores de camarão e com os consumidores nos países importadores do camarão fizeram soar o alarme em relação ao projeto de padrões e ao processo completamente deficiente do Diálogo sobre a Aquicultura do Camarão (WWF-ShAD). [vide Boletim nº166 do WRM]. A Redmanglar SE UNIU à ação e enviou uma Carta Aberta encaminhada ao presidente do World Wildlife Fund (rejeitando a tentativa de "maquiar de verde" a carcinicultura, uma atividade intrinsecamente destruidora). A carta na íntegra pode ser acessada em espanhol em :

<http://www.wrm.org.uy/deforestacion/manglares/redmanglar/cartaRedManglar.pdf>

A Redmanglar também elaborou um vídeo (<http://www.youtube.com/watch?v=VODq2soHrGQ>) que descreve brevemente os impactos ecológicos e sociais da criação industrial de camarão. Eles nos convidam a usar, compartilhar e divulgar esse vídeo através de nossos sites, e-mails, facebook.

O Mangrove Action Project (MAP) é outra organização que trabalha em prol dos manguezais. Na busca por uma proteção real dos manguezais, a MAP está engajada em uma abordagem de ascendente que envolve comunidades locais dos manguezais na conservação, restauração e manutenção dos ecossistemas litorâneos de manguezais. O projeto, chamado de Restauração Ecológica do Mangue (EMR), está baseado em um conjunto de princípios ecológicos capazes de restaurar um ecossistema de mangue muito mais biodiverso e funcional do ponto de vista natural, se comparado com outros métodos mais intensivos no uso de mão-de-obra e capital como a plantação manual. O objetivo do projeto é que as comunidades locais estejam diretamente envolvidas na conservação e restauração dos ecossistemas de manguezais, bem como na formulação de soluções sustentáveis para a perda de mangues que irão beneficiá-los diretamente. A

descrição integral do projeto pode ser lida (em inglês) em http://wrm.org.uy/deforestation/mangroves/Need_For_EMR.pdf

Nós nos juntamos a todas as comunidades e grupos que trabalham pela proteção de manguezais para dizermos em voz alta: “Mangues SIM, Carnicicultura NÃO”

[início](#)

- Mangues seqüestrados pelo mercado de carbono

A função de armazenagem de carbono dos mangues como parte de vários ecossistemas costeiros como pântanos de sal, pradarias de ervas marinhas, florestas de algas marinhas e zonas úmidas, tem adquirido grande importância.

Os cientistas da universidade se tem unido a pesquisadores florestais para examinar o conteúdo de carbono das florestas de mangues. As constatações de um desses estudos na região indo-pacífica tem sido publicada em Nature Geoscience. Eles constataram que por hectare, as florestas de mangues armazenam até quatro vezes mais carbono do que a maioria de outras florestas tropicais do mundo inteiro, o que pode ser atribuído, em parte, aos profundos solos organicamente ricos, nos que os mangues se desenvolvem. Os complexos sistemas de raízes das florestas de mangues, que atuam como âncoras para as plantas no sedimento sob a água, abrandam as águas entrantes das marés, permitindo que material orgânico e inorgânico se assente na superfície do sedimento. Baixas condições de oxigênio demoram as taxas de apodrecimento, resultando em que grande parte do carbono se acumule no solo. De fato, os mangues têm mais carbono só em seu solo do que a maioria das florestas tropicais em toda sua biomassa e solo combinados. (1) Quando uma mudança no uso do solo ocorre, grande parte desse estoque de carbono permanente é liberado na atmosfera, aumentando o problema da mudança climática. De fato, os mangues têm experimentado um declínio rápido de 30-50 por cento nos passados 50 anos.

O Protocolo de Kyoto da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática tem ampliado sua variedade de falsas soluções de mercado, adotando um novo método para calcular o dióxido de carbono capturado e armazenado da atmosfera pelos mangues, que são chamadas de soluções de “carbono azul” para a mudança climática (ver Boletim do WRM Nº 167).

A metodologia foi desenvolvida pela UICN, Ramsar e Sylvestrum, em parceria com o grupo Danone, transnacional de produtos alimentares baseada na França, para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Este mecanismo permite que os principais países industriais evitem sua responsabilidade histórica de reduzir suas emissões de carbono na fonte, investindo em projetos no Sul que supostamente evitam as emissões de carbono. Os defensores da compensação do carbono alegam que os incentivos de mercado para deixar os mangues intactos em troca da venda de créditos do carbono seria “a solução” para preservar esses ecossistemas costeiros, bem como para combater a

mudança climática.

Portanto, os mangues serão o alvo de grandes companhias que estão ansiosamente procurando comprar créditos de carbono como forma de compensar sua poluição contínua. Um exemplo é o “Wetland Carbon Partnership” (Parceria de Carbono das Zonas Úmidas) do referido Grupo Danone, uma iniciativa estabelecida em 2008 que promove a aprovação de projetos de grandes volumes de créditos de carbono sob o MDL ou o chamado mercado voluntário. Para junho de 2011, não menos de 25 projetos tinham sido recebidos. A Danone já tem investido em dois projetos piloto em Senegal e Índia.

O mecanismo de compensação de carbono (‘compensação’) proposto pela Danone implica que a companhia continuará queimando combustíveis fósseis e aumentando o volume de gases de efeito estufa na atmosfera, enquanto procura compensar a poluição através de sua armazenagem em mangues em algum lugar do planeta.

Esse mecanismo significa um aumento líquido no volume de carbono na biosfera, isto é, a atmosfera, os seres vivos, a vegetação e o solo. Inclusive se, por exemplo, as árvores de mangues ou solos absorvem carbono, essa é uma armazenagem temporária e faz parte do ciclo atmosférico do carbono. Enquanto isso, os combustíveis fósseis extraídos do subsolo e queimados por companhias como a Danone resultam em um aumento permanente no volume de carbono na biosfera. Esse carbono fóssil não tem feito parte do ciclo atmosférico do carbono e acaba aumentando o volume de poluentes responsáveis pela mudança climática, sem qualquer possibilidade de ser queimados de novo.

O modelo de produção em grande escala e distribuição comercial de bilhões de mercadorias, muitas delas somente supérfluas e descartáveis e destinadas ao consumo excessivo, produz altos níveis de emissões de carbono e está na base da atual crise climática. É a mesma causa subjacente do desmatamento dos mangues também. O mercado de carbono é uma extensão desse modelo e não poderia ser a solução do problema que tem criado.

Artigo baseado em informação de “Mangroves among the most carbon-rich forests in the Tropics”, junho de 2011,
<http://www.salvafloresta.it/en/201106231474/mangroves-among-the-most-carbon-rich-forests-in-the-tropics.html>

[início](#)

- Destruição de manguezais provocada pelo petróleo no Delta do Níger

Os manguezais são um ecossistema próspero e ao mesmo tempo frágil que depende de outros ecossistemas próximos- rios e pântanos salinos. Por sua vez, a saúde do mar e dos recifes de coral depende de um manguezal saudável. Tudo está em conexão.

Os manguezais também são muito importantes para as comunidades que habitam em áreas contíguas e fazem uso deles de forma variada para garantir sua soberania

alimentar com os frutos do mar, para satisfazer suas necessidades habitacionais com a madeira aproveitada na construção de moradias e postes, e para obter os vários produtos dos manguezais para seu sustento. No mundo todo, essas comunidades têm desenvolvido historicamente uma relação sustentável com esse rico ecossistema, usando-o em pequena escala e para atender as necessidades locais através de um profundo conhecimento de suas múltiplas funções, com o maior envolvimento das mulheres.

A despeito da importância dos manguezais para o ambiente e as comunidades, eles estão sendo fustigados com atividades de grande escala, como a extração de petróleo, entre outras.

Um documento da Oilwatch sobre o impacto das atividades petroleiras nos manguezais (1) aponta que tais atividades acarretam, em primeiro lugar, desmatamento com o fim de construir as instalações- plataformas de perfuração, acampamentos, poços, abertura de estradas, heliportos, etc. E também implicam a destruição da área porque as perfurações são feitas por dragagem, o que envolve o alargamento e o aprofundamento dos canais existentes ou a abertura de outros. Quanto maior a largura e a profundidade do canal, tanto maior será o dano do ecossistema. A construção desses canais altera a hidrologia natural dos manguezais e faz com que sejam mais vulneráveis à erosão- o fluxo de água doce em direção ao mangue é interrompido, o fluxo de água das marés em direção ao mangue e dentro dele é alterado e assim interrompe o padrão de drenagem, a vegetação é afetada, o solo é alterado. Por sua vez, essa alteração pode causar mudanças no solo e no pH da água provocando uma deterioração radical da qualidade dos manguezais.

A presença de petróleo nos mangues devido a acidentes, práticas relacionadas com a limpeza dos poços ou com derramamentos causa a contaminação da área durante muitos anos.

Na Nigéria, vastas áreas de manguezais do Delta do Níger têm sido em grande medida prejudicadas pelos vazamentos de petróleo que ocorrem regularmente. Estima-se que mais de 1,5 milhões de toneladas de petróleo têm sido derramadas nos últimos 50 anos.

A destruição de manguezais devida a extração de petróleo não trouxe nenhum benefício para as comunidades rurais da Nigéria: a expectativa de vida caiu a aproximadamente 40 anos em duas gerações, há um acesso muito limitado à água doce, as lavouras foram afetadas, o solo e água para beber foi poluída e a pescaria foi destruída pelo óleo que vazava regularmente das muitas centenas de antigos oleodutos localizados em áreas urbanizadas e nas proximidades de pesqueiros e lavouras. Os oleodutos atravessam a região para atender as necessidades de petróleo dos Estados Unidos- 40% de suas importações de cru provêm do Delta do Níger.

“Nós perdemos nossas redes, nossas cabanas e caçarolas para pescaria “Nós perdemos nossa floresta”, disse Chief Promise, um líder de Otuegwé a John Vidal, editor ambiental do The Observer que informa sobre uma viagem (2) ao Delta do Níger onde a explosão de um oleoduto em 2008 causou a morte de, no mínimo,

100 pessoas. Ele entrou no pântano até poder cheirar o óleo e acabou nadando em poças de petróleo. Ele citou as reclamações do Chief Promise "Nós falamos do vazamento à Shell por vários dias, mas eles não fizeram nada em seis meses".

Os trágicos vazamentos de petróleo que ocorrem no Delta do Níger quase não são noticiados não há grandes manchetes dedicadas a eles. De fato, o vazamento de petróleo do Golfo do México causado pela explosão que afetou a plataforma Deepwater Horizon da British Petroleum no ano passado é menor que o vazamento de petróleo que provém de uma rede de terminais, dutos, estações de bombeamento e plataformas do delta a cada ano.

No dia 1º de maio de 2010, a explosão de um oleoduto da ExxonMobil no estado nigeriano de Akwa Ibom derramou mais de um milhão de galões no delta durante sete dias até ser controlado. Os moradores locais se manifestaram contra a companhia, mas foram atacados pelos guardas de segurança. No primeiro semestre de 2010 houve quatro vazamentos de petróleo. O grupo Nigerian Environmental Rights Action está demandando 100 milhões de dólares da ExxonMobil pela falta de compensação das perdas devastadoras, e as doenças decorrentes das atividades de exploração da petroleira e dos importantes vazamentos do ano passado.

A recuperação de um manguezal pode levar décadas desde que não ocorram novos derramamentos de petróleo. Para as comunidades locais a destruição de seu sustento e do ambiente é definitiva.

Artigo baseado em informações obtidas de: (1) « Explotación petrolera en Manglares », Oilwatch, Boletín Tegantai Nº10, http://www.oilwatch.org/index.php?option=com_content&task=view&id=112&Itemid=43&lang=; (2) "Nigeria's agony dwarfs the Gulf oil spill", John Vidal, The Observer, [guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk/world/2010/may/30/oil-spills-nigeria-niger-delta-shell), May 2010, <http://www.guardian.co.uk/world/2010/may/30/oil-spills-nigeria-niger-delta-shell>

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Índia: liberdade depois de um século de luta

As aldeias tribais de Surma e Golbojhi celebraram sua liberação em ocasião do Dia Mundial do Trabalho em 1º de maio. A liberdade veio depois de 107 anos de luta, quando as os aldeões tribais adquiriram a propriedade das terras de florestas das que tinham dependido durante séculos. Albergando aproximadamente 450 famílias da tribo Tharu, as duas aldeias da floresta estão localizadas na área central do Parque Nacional de Dudhwa em Lakhimpur, distrito de UP (Uttar Pradesh).

Em uma época na que as áreas tribais do país estão sofrendo o naxalismo, Surma e Golbojhi obtiveram a liberação depois de décadas de luta democrática não violenta, sem disparar qualquer tiro. As duas aldeias são também os primeiros assentamentos tribais no país, localizados em um parque nacional, em beneficiar-se

da Lei de Direitos da Floresta (FRA, por sua sigla em inglês) de 2006.

Aproximadamente 700 acres de áreas de florestas têm sido distribuídos entre os povoadores tribais, obtendo cada família até quatro acres. O governo de UP também lhes tem outorgado o status de aldeias Ambedkar, o que significa que agora terão conexão por caminhos, uma escola primária e um centro de saúde. Os povoadores tribais agora têm direito a benefícios de diferentes programas de previdência social do estado e governos centrais. Também se espera que as aldeias obtenham a propriedade comunitária da terra de florestas e seus produtos cedo, permitindo aos povoadores tribais acesso a grama seca e madeira, folhas de tendu, ervas, e outros produtos da floresta para sustentar suas famílias e gado.

Não há dúvidas de que o sucesso é histórico. Essa é a razão pela que mais de 5.000 habitantes da floresta de diferentes partes de UP vieram para participar das festividades. Agora as pessoas têm terras que podem cultivar para sua sustentação, enviar seus filhos à escola e beneficiar-se de direitos constitucionais como cidadãos da Índia. O sucesso veio depois de anos de sacrifícios, privações e incalculável miséria. Ironicamente, o evento todo foi ignorado pelos principais meios de comunicação nacionais que, no entanto, cobrem eficientemente a violência Naxal em áreas tribais e outorgam espaço desnecessário àqueles que destacam e tentam justificar o naxalismo ou o maoísmo. Muitas revoluções pacíficas, como as de Surma e Golbojhi estão acontecendo ou têm acontecido na Índia mas não estão obtendo a atenção requerida da mídia. Talvez a “paz” não é suficientemente sensacionalista para atrair o número de olhos requeridos para pontos de rating na televisão e as histórias sobre os pobres povoadores tribais que preferem o Satyagrah não violento em vez do naxalismo, não são suficientemente atraentes para incentivar os leitores.

Mas eu acho que essas motivadoras histórias devem ser contadas a nossa nova geração, particularmente aos muitos privilegiados que nasceram em uma Índia livre. Como eles têm a liberdade absolutamente grátis, são geralmente insensíveis a respeito do sofrimento de seus irmãos menos favorecidos. Em 1904, os povoadores tribais Tharu foram privados de suas terras quando os britânicos assumiram o controle da floresta, da rainha do território de Khairgarh, que estava sob a jurisdição do reino de Awadh. A floresta toda foi destruída pela segunda guerra mundial em 1939-45, devido à excessiva exploração. Os Tharus regeneraram as florestas nos seguintes 20 anos. O país obteve a liberdade em 1947, mas o legado britânico continuou no departamento florestal na Índia livre. Os povoadores tribais foram declarados invasores em sua própria terra em 1978, depois da conversão da área em um parque nacional. De 37 povoados Tharu na área, 35 foram reassentados. No entanto, habitantes de Surma e Golbojhi se negaram a deixar suas terras, porque apesar de que lhes foram alocadas terras para reabilitação, a área era não apenas menor que seus povoados originais, mas também já estava ocupada por outros povoadores tribais. Os povoadores das duas aldeias apelaram para a alta corte em 1980, mas perderam a batalha legal de 23 anos de duração em 2003.

Com a grande ameaça do despejo aproximando-se e sem outra opção, os povoadores tribais decidiram lançar uma luta não violenta. As mulheres assumiram a

liderança e formaram a Tharu Adivasi Mahila Mazdoor Kisan Manch para liderar a agitação. Foram assistidas pelos ativistas associados com o National Forum of Forest People and Forest Workers (NFFPFW). Os povoadores tribais foram assediados, espancados e sujeitos a atrocidades pelo pessoal do departamento florestal. Os povoadores tribais coletavam madeira e grama secas para reparar casas com telhado de colmo, para artesanato e para combustível, mas o departamento florestal promoveu casos criminais contra eles alegando furto, derruba de árvores e invasão. Promoveram-se casos inclusive contra crianças e contra pessoas que tinham deixado o lugar 20 anos antes. “Se estivermos envolvidos em furto e derruba de árvores, pode alguém explicar por que continuamos vivendo em pobreza extrema, enquanto os funcionários levam uma vida luxuosa?” alegou Lalmati, um povoador tribal.

Em 2006, o Parlamento aprovou a FRA e emitiu-se uma notificação em janeiro de 2008, depois de dois anos de debate. Foi um estímulo para os povoadores tribais, mas ainda levou-lhes mais de três anos para obter os direitos. De fato, os povoadores tribais e os ativistas que trabalham com eles me disseram que os passados três anos foram os mais difíceis. Nessa época, dizem, foi quando o departamento florestal junto com a máfia florestal e as forças feudais tentaram todos os truques para despejar os povoadores tribais. As casas dos aldeões foram incendiadas e muitos foram prendidos com base em acusações falsas. Enquanto sob a FRA o gram sabha tem direito a fazer recomendações sobre o status residencial de uma pessoa, os guardas florestais foram prendidos emitindo certificados de domicílio, declarando que os povoadores tribais eram invasores. A tentativa foi a de confundir o governo do estado, que felizmente estava em favor de outorgar direitos à terra aos povoadores tribais. Também foram apresentados vários requerimentos nos tribunais por funcionários florestais aposentados a pedido dos funcionários ativos para deter a outorga pelo governo de títulos de propriedade aos habitantes originais das florestas.

Ram Chandra Rana, um outro povoador tribal, lembrou como os “entusiastas da vida selvagem” uniram-se à batalha com o argumento de que converter uma aldeia localizada na área principal de uma reserva de tigres será uma ameaça para a vida selvagem, particularmente os tigres. “Nossa resposta foi simples: por centenas de anos, as florestas estiveram seguras nas mãos dos povoadores tribais, mas a cobertura florestal começou a esgotar-se e a vida selvagem a virar ameaçada bem pouco depois de que o departamento florestal se formou. Mas o fato é que os povoadores tribais tratam a floresta como Deus, e portanto protegem o hábitat. O número de tigres diminuiu quando as florestas estavam sob o controle total do departamento florestal, mas depois da implementação da FRA, isto é, quando os povoadores tribais começaram a obter títulos da terra, o número de tigres aumentou em toda parte no país” disse ele. Mas por que você não tomou o pacote de reabilitação de Rs 10 lakh junto com uma porção de terra. “Nós não podemos vender nossa terra nativa. É uma questão de auto-estima e direito a viver com dignidade” disse ele.

Depois de escutar as histórias de sofrimentos, sacrifícios e sucessos desses povoadores tribais e ativistas como Ashok Da, que dedicou sua vida inteira aos menos privilegiados, tive que fazer uma pergunta: “Que tenho feito eu além de

anotar algumas palavras enquanto estava sentado em meu escritório com ar condicionado e me sentia muito bem assim?” Achei a resposta em “Why I Am An Atheist?” (Por que sou ateu), escrito pelo revolucionário Bhagat Singh em 1930: “...Uma breve vida de luta sem um final magnífico será em si mesma a recompensa, se eu tiver a coragem de assumir esse ponto de vista. Só isso. Sem objetivo egoísta, nem desejo de ser premiado aqui ou depois, bastante desinteressadamente tenho dedicado minha vida à causa da independência porque não podia fazer outra coisa. Quando achamos um grande número de homens e mulheres com essa psicologia que não podem dedicar-se a nada mais do que ao serviço do gênero humano e à emancipação da sofredora humanidade; esse dia inaugurará a época da liberdade...”

Inclusive se 10% de nós (classe privilegiada) seguisse o que Bhagat Singh disse, 90% dos problemas da Índia estariam resolvidos.

Por Ashish Tripathi, jornalista indiano e amigo dos povos da floresta. Enviado por Roma, NFFPFW (Kaimur) / Human Rights Law Centre, Uttar Pradesh, Índia, e-mail romasnb@gmail.com, <http://jansangarsh.blogspot.com>

[início](#)

- Rede de mulheres comprometida com uma verdadeira Economia Verde

As mulheres do Sul da Ásia que trabalham em diferentes áreas, incluindo saúde, alimentação, meios de vida, meio ambiente, se reuniram em Dhaka, Bangladesh, em 2 e 3 de julho de 2011 para a Terceira Conferência Anual da SWAN (Rede de Mulheres do Sul da Ásia), que foi dedicada ao assunto de “Mulheres do Sul da Ásia e a Economia Verde”.

A declaração final da SWAN conclui que o conceito emergente de Economia Verde deveria significar “um sistema econômico que garanta justiça social e equidade, proteja o equilíbrio ecológico e crie suficiência econômica. Uma Economia Verde assim deveria substituir a atual ordem econômica, que se baseia em desigualdade, destruição ambiental e cobiça, que tem resultado em fazer com que quase a metade da população do mundo esteja na pobreza, e tem levado o planeta até o ponto de uma severa catástrofe ambiental através da mudança climática. A idéia principal de uma Economia Verde deve ser o alívio da pobreza, a sustentabilidade ambiental através da manutenção da biodiversidade e o bem-estar de todas as pessoas.

O Sul da Ásia é uma das regiões mais ricas em termos de diversidade biocultural, mas essa diversidade está ameaçada pelas monoculturas impostas através da Revolução Verde e a engenharia genética. Essas tecnologias não sustentáveis e fracassadas estão sendo impostas a nosso povo, causando-lhe mais dívida e pobreza. Nossa rica biodiversidade e patrimônio cultural está sendo patenteado e pirateado, privando nosso povo dos benefícios de seu próprio patrimônio e recursos. Quando as crises ambientais nos forçam a migrar para as cidades, também experimentamos perda de meios de vida devido à falta de acesso ao espaço urbano, materiais e novas formas de gestão urbana. Nossos corpos são

afetados com tóxicos do consumo insustentável dos outros. O direito ao desenvolvimento sustentável deveria ser inalienável. Isso é vital para o empoderamento das mulheres e para preservar nosso planeta para as gerações futuras.”

A Declaração de Dhaka estabelece a visão das mulheres de que “Nossas economias locais têm sempre estado em harmonia com a natureza. Temos usado os recursos de forma prudente e os temos distribuído de forma equitativa. A SWAN acha que os agricultores e artesãos do mundo inteiro sempre têm trabalhado em conjunto com as estações e em harmonia com a natureza. Uma artesã leva com ela a sabedoria de gerações que não saquearam o planeta para obter lucros. Ela tem um profundo compromisso com a nutrição do mundo natural para sustentar os meios de vida. As únicas matérias primas necessárias para ter milhões de pessoas empregadas é um próspero meio ambiente verde com ricas florestas, pradarias, águas limpas e encostas intactas. A dignidade e criatividade do trabalho manual contribuem em grande forma com economias rurais sólidas. Esse trabalho das mulheres na região do Sul da Ásia inteira deve ser reconhecido por todos aqueles que desejam construir um mundo inclusivo e verdadeiramente integrado e equilibrado ecologicamente.

Hoje, aqueles que têm criado a crise ecológica falam em Economia Verde. Para eles, a Economia Verde significa apropriar-se dos recursos remanescentes do planeta para obterem lucros –das sementes e a biodiversidade até a terra e a água, bem como nossas habilidades, como os serviços ambientais que fornecemos.

Para nós, a privatização e mercantilização da natureza, suas espécies, seus ecossistemas e seus serviços ao ecossistema não podem fazer parte de uma Economia Verde, já que um enfoque assim não pode levar em conta nossas tradições. Os recursos da Terra são para o bem-estar de todos, não para os lucros de uns poucos.

Dividir nossos recursos vitais com equidade e usá-los de forma sustentável para a sobrevivência e necessidades básicas está no coração de nosso conceito de uma Economia Verde. Nosso rico conhecimento da biodiversidade, nossa agricultura ecologicamente sustentável e nossas técnicas de artesanato são livres de combustíveis fósseis e tóxicos. Geram meios de vida criativos e dignificados e fornecem a base para a mitigação da pobreza. Continuamos estando comprometidas com o fortalecimento dessas tradições que geram vida.

É de vital importância conscientizar sobre estes assuntos através da mídia e através do processo educativo que atinge os jovens e as crianças. A consciência sobre a Economia Verde e a importância de seus impactos diversos é essencial para permitir que todos os segmentos da sociedade façam escolhas informadas. Reconhecendo a face mudadora da mídia, a SWAN promove o uso de novos meios, incluindo ferramentas de formação de redes sociais para chegar até as mulheres do Sul da Ásia e apoiá-las em sua luta para satisfazer os desafios de garantir a Economia Verde para o desenvolvimento sustentável.

Nossas Economias Verdes são diversas e descentralizadas, e portanto são um

caminho de empoderamento para todos. As mulheres são o depósito do conhecimento e fornecem a base cultural para criar e desenvolver economias que aumentem o bem-estar e a felicidade, a alegria e a beleza, a sustentabilidade e a equidade. É desde nossa região do Sul da Ásia que o conceito de Felicidade Interna Bruta se tem espalhado pelo mundo inteiro. Aprofundaremos esse conceito e o transformaremos na base da Economia Verde.”

Em uma época na que o assunto da Economia Verde está adquirindo impulso em fóruns regionais e multilaterais é crucial defender seu verdadeiro significado e para isso, as vozes dessas mulheres devem ser ouvidas altas.

Artigo baseado na Declaração de Dhaka: “SWAN (South Asia Women's Network)'s Positions on an emerging Green Economy”, enviada por Vandana Shiva

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: Mato Grosso do Sul - a nova fronteira do eucalipto

A região do Brasil, e talvez do mundo, onde a monocultura de eucalipto e a produção de celulose se expandem de forma mais rápida é no estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na micro-região de Três Lagoas.

Atualmente, a micro-região conta com uma fábrica de celulose da Fibria – parceria entre a Aracruz e Votorantim - e com a fabricação de papel controlado pela americana International Paper. A fábrica de celulose da Fibria produz 1,3 milhões de toneladas de celulose por ano e está previsto um investimento de R\$ 3,6 bilhões para construir sua segunda unidade, cuja inauguração é esperada para 2014. Com isso, a empresa elevará a produção para 3 milhões de toneladas/ano. A Fibria tem atualmente 150 mil hectares de eucalipto e pretende duplicar essa área.

Além desse empreendimento, uma empresa chamada Eldorado Brasil está construindo uma fábrica na mesma microrregião para produzir 1,5 milhões de toneladas de celulose. A fábrica será inaugurada em novembro de 2012 e a empresa já ocupa 150 mil hectares de eucalipto. Também a empresa chilena Arauco e a portuguesa Portucel mostraram interesse em investir em plantações de eucalipto e fabricação de celulose no Mato Grosso do Sul.

Essa expansão desenfreada, inclusive isentada da necessidade de elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental por parte do governo do estado, foi o motivo pela qual a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS), junto a outras universidades e organizações sociais, organizou o I simpósio para debater “*A formação do complexo celulose-papel no Mato Grosso do Sul: limites e perspectivas*”, de 30 de junho a 02 de julho de 2011, em Três Lagoas.

Conforme um estudo (1) apresentado durante o seminário, a região passou, desde 1970, por um processo intenso de pecuarização, o que levou a uma grande concentração fundiária e a diversos conflitos. No estado do Mato Grosso do Sul, os estabelecimentos acima de 1000 hectares representam 10% das propriedades, mas

ocupam 77% da área, conforme dados de 2006. Além disso, nos anos de 1970, foi implantada também uma área de eucalipto no estado, que foi aproveitada para produzir carvão. Em função disso, o estado do Mato Grosso do Sul chegou a ter um número de 8 mil trabalhadores escravizados na década de 1990, além da ocorrência de trabalho infantil.

Mais recentemente, a monocultura de árvores começou a se expandir novamente, dessa vez para produzir celulose. Entre 2005 e 2009, a área de plantio na microrregião de Três Lagoas duplicou de 152 mil para 308 mil hectares, quase tudo de eucalipto. A previsão é expandir essa área para 1 milhão de hectares em 2020.

Essa expansão está associada a uma série de mudanças significativas nas áreas rurais e urbanas. A produção de leite da pequena propriedade no município de Três Lagoas reduziu de 11 milhões para 5 milhões de litros de leite/ano entre 1995/96 e 2006. A produção de alimentos também foi reduzida e a de feijão praticamente não existe mais, numa área dominada pela grande propriedade. Hoje, a pequena propriedade chega a 30 mil hectares numa microrregião de um total de 4 milhões de hectares.

Com o valor das terras aumentando de forma descontrolada, os grandes proprietários conseguem aproveitar mais do novo 'boom', vendendo ou arrendando suas terras, aprofundando a já enorme concentração fundiária e bloqueando o processo de reforma agrária. Há relatos de desmatamento e o comércio local começou a falir. Os 10 assentamentos da reforma agrária na região, com 1.147 famílias, começam a ficar cercados pelo eucalipto. Na área urbana, com o grande fluxo de trabalhadores chegando para a construção da fábrica, houve problemas de superlotação em alojamentos. Constatou-se também um aumento nos índices de violência, como no caso da violência doméstica contra as mulheres, que praticamente triplicou nos últimos anos.

Uma ida a campo e conversas com moradores locais mostram que a preocupação maior dos agricultores que vivem próximos das plantações é a aplicação de veneno. Afirmam que as empresas costumam usar o método de aplicação aérea, o que tem provocado preocupação e reclamações de mau cheiro. Também relatam que conhecem várias nascentes que secaram. Outra preocupação é o esvaziamento do campo com a venda e arrendamento das fazendas, enriquecendo os grandes fazendeiros, mas retirando os moradores e trabalhadores das fazendas. Alguns ingressam na luta pela reforma agrária, sendo que na região, o INCRA (2), há alguns anos, não tem liberado recursos para novos assentamentos, dificultando ainda mais a vida dos agricultores assentados. Outras famílias desapossadas precisam buscar trabalho e moradia na cidade, onde o custo de vida tem aumentado significativamente devido à especulação imobiliária.

O que chama atenção nas áreas de plantações é a presença de algumas árvores solitárias, espécies de cerrado, no meio do eucalipto. Segundo um morador local, essas árvores nativas tendem a morrer no meio de um mar de eucalipto. Além disso, elas estão expostas à aplicação de veneno e estão isoladas da flora e fauna do cerrado, ausentes na monocultura, como se estivessem num 'museu a céu aberto'.

Independente se conseguirem ou não sobreviver, a presença dessas árvores parece representar bem a situação do povo da micro-região de Três Lagoas, onde alternativas a esse modelo não conseguem espaço no meio de um crescente mar de eucalipto. As árvores de cerrado, bem como a região e seu povo, foram 'presas' por um modelo de eucalipto-celulose que está em plena expansão com apoio total das autoridades estaduais e federais, enriquecendo alguns e deixando um futuro incerto para a maioria da população.

(1) Kudlaviz, Mieceslau. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMS, Três Lagoas, 2011

(2) Instituto Nacional pela Colonização e Reforma Agrária

início

- Árvores transgênicas: a corrida das empresas

O afã da indústria florestal por incrementar seus lucros tem levado à homogeneização crescente das culturas de árvores destinadas à produção de madeira e celulose.

No início, selecionaram-se espécies de crescimento mais rápido, de troncos retos, com galhos escassos e finos e de madeira adequada para o uso industrial. Depois foi adotado o pacote da Revolução Verde: crescente mecanização das atividades florestais, aplicação de fertilizantes químicos, de agrotóxicos para combater pragas e herbicidas para evitar a concorrência de outras espécies com as árvores plantadas. Um elemento importante foi a seleção genética tradicional para "melhorar" o desempenho das plantações em termos de rendimento de madeira que logo continuou com a hibridação e a clonagem das "melhores" árvores. A seguinte etapa foi a modificação genética das árvores, para atingir uma produção ainda maior, mas que provocou forte resistência social bem como questionamentos científicos, por exemplo, quanto ao risco de 'contaminar' o material genético das árvores nativas. Por isso, ainda está em etapa experimental (a esse respeito podem ser consultadas as folhas informativas do WRM sobre a situação das árvores geneticamente modificadas em cada país, disponíveis em http://wrm.org.uy/subjects/GMTrees/Information_sheets.html).

Os interesses em jogo são cada vez mais complexos: as empresas floresto-celulósicas estão vinculadas a grandes laboratórios e formam conglomerados de transnacionais ainda maiores. O interesse pelo lucro não pára.

Acontecimentos ocorridos nas últimas semanas ilustram as tentativas do setor florestal- incluídas as empresas florestais e os laboratórios tecnológicos- para conseguir a introdução comercial de árvores transgênicas em dois países importantes para o setor: Estados Unidos e Brasil.

A ArborGen, com sede na Carolina do Sul, Estados Unidos, é líder internacional em pesquisa e desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas e está concretizando seus planos de comercializar "suas" árvores transgênicas tanto nos

Estados Unidos- onde já tem plantações- quanto no Brasil. As plantações de árvores transgênicas teriam múltiplos destinos: seriam usadas para a produção de polpa de papel, para os chamados combustíveis celulósicos de “segunda geração”, para a produção de eletricidade a partir de madeira.

No estado da Bahia, Brasil, de 26 de junho a 6 de julho, foi realizada a “2011 Tree Biotechnology Conference”, conferência anual sobre biotecnologia florestal da IUFRO (União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal). O evento foi patrocinado por empresas de papel e celulose como a Veracel Celulose, propriedade da transnacional sueco-finlandesa Stora Enso e a brasileira Fibria, bem como por empresas fornecedoras de biotecnologia para a indústria como a ArborGen.

A conferência reuniu a cerca de 300 representantes e pesquisadores da indústria. Entre os assuntos em pauta foi tratado o futuro comercial das árvores transgênicas. Alguns empresários brasileiros salientaram a importância de o Brasil aprovar o uso comercial de árvores geneticamente modificadas o mais breve possível, correndo o risco de ficar para trás na corrida pelo eucalipto transgênico. Assim, o vice-presidente de estratégia e desenvolvimento da FuturaGen, uma das empresas de biotecnologia participantes afirmava: "Já estamos prontos para o mercado. Fizemos todas as provas de performance. Falta a regulamentação" (1).

A preocupação por não ficar para trás na corrida pelo eucalipto transgênico provavelmente esteja vinculada à petição apresentada pela ArborGen ao Departamento da Agricultura dos Estados Unidos para vender anualmente 500 milhões de eucaliptos transgênicos desenhados para tolerar o frio, produzir menos quantidade de lignina e digerir parte de seu próprio ARN a fim de reduzir sua fertilidade (uma tecnologia genética de tipo Terminator) (2) (Para maiores informações a esse respeito, vide o documento informativo do WRM "As árvores transgênicas", em http://www.wrm.org.uy/temas/AGM/documento_AGM.pdf).

O citado organismo tinha autorizado previamente a plantação experimental de 260.000 desses eucaliptos em 29 campos de prova. Esta decisão enfrentou um processo que em 1º de julho de 2010 iniciaram e levam adiante três organizações integrantes da Campanha STOP GE Trees- Global Justice Ecology Project, Dogwood Alliance e Sierra Club. (3)

O Brasil ocupa o 4º lugar mundial na produção de celulose, com uma acelerada expansão das plantações industriais de árvores, em grande escala, que já prejudicou as comunidades rurais em grande medida, dando origem a uma grande resistência, testemunhada por organizações como Rede Alerta contra o Deserto Verde e Via Campesina, entre outras.

O impulso da indústria florestal pela introdução de árvores transgênicas em seu esquema de produção não recua. É vital que também não recue a resistência!

Artigo baseado em informação obtida de: (1) Reportaje de Stella Fontes publicado pelo jornal Valor, 04-07-2011, <http://www.valoronline.com.br>; (2) Action Alert: End U.S. FrankenTree Experiments: Genetically Engineered Trees Risky, Unnecessary and Must Be Resisted Until Banned - <http://forests.org/shared/alerts/sendsm.aspx?>

[id=frankentrees](#); (3) Permit applications 08-011-116rm and 08-014-101rm received from ArborGen LLC -

<http://www.globaljusticeecology.org/files/EA%20on%20GE%20eucalyptus.pdf>

[início](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Fique de olho! Não permita que as plantações de árvores sejam chamadas de florestas

A Wikipédia- a enciclopédia livre construída em forma colaborativa- é uma referência cada vez mais usada inclusive academicamente. Nós podemos ter nossa voz lá e lutar toda vez que as plantações de monoculturas de árvores forem tratadas como florestas.

Mas também podemos influir em outros fóruns- programas de rádio e tevê, livros educativos, boletins informativos, revistas, etc. Até em conversas informais! Seja onde for. Só fique de olho!

Convidamos e exortamos você a fazer a diferença. Vamos deixar isso claro: as plantações de árvores não são florestas!

[início](#)
